



2.º Congresso dos Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa

6 e 7 de julho de 2018 | Auditório da ESE P. PORTO

Livro de Resumos

Livro de Resumos

Programa e Resumos

2.º Congresso dos Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa

Auditório ESE P.PORTO

Tradução & Interpretação



Língua Gestual Portuguesa

ESE | PORTUGAL
DO PORTO

P.PORTO

ESCOLA
SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO

Ficha Técnica

Título	2.º Congresso dos Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa – 6 e 7 de julho de 2018
Autor	Escola Superior de Educação do P.PORTO
Comissão Editorial	Susana Barbosa, Beatriz Morais, Inês Barros e Marlene Almeida
Data	Julho de 2018
ISBN	978-972-8969-25-7
Editor	Politécnico do Porto Escola Superior de Educação
Email	cilgp@ese.ipp.pt
Website	2cilgp.ese.ipp.pt

Conteúdo

Comissão do Programa	4
Comissão Organizadora.....	5
Júri para atribuição de Prémio	6
2.º Congresso dos Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa	7
Programa.....	8
6 de Julho.....	11
Sessão Plenária 1.....	12
O Intérprete na Atualidade.....	12
Comunicações Livres	17
Intérprete de LGP: perceções sobre o seu trabalho numa Associação de Desenvolvimento Local.	18
Intérprete de Língua Gestual Portuguesa: uma profissão precária?	20
A Praxe Académica para o Estudante Surdo: Recurso ao Intérprete de LGP ...	22
O Intérprete que não é Intérprete!	24
Comunicações Livres	26
Intérprete de Língua de Sinais de Moçambique: para quando nas Escolas Regulares?	27
O Génio do Género na Interpretação	29
Surdez e Síndrome de <i>Down</i> em ambiente educativo – desafios e redes de suporte.	31
Relações familiares: interações entre mãe, filho(a) e avó materna num contexto de surdez.....	33
<i>Workshop</i> 1	35
Interpretação: Exercícios, Técnicas e Dinâmicas.....	35
7 de Julho.....	38
<i>Workshop</i> 2.....	39
Ética como um Pilar da Profissão	39
Sessão Plenária 2.....	42
Construir-se Intérprete	42
Texto Prémio.....	50

Comissão do Programa

António Rebelo	AACF da Casa Pia de Lisboa e Universidade Lusíada de Lisboa
Carlos Afonso	Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti
Joaquim Melro	Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e Centro de Formação de Escolas António Sérgio
Liliana Duarte	Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos
Madalena Baptista	Escola Superior de Educação - Politécnico de Coimbra
Manuela Sanches-Ferreira	Escola Superior de Educação - P.PORTO
Maria José Freire	Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Setúbal
Miguel Augusto Santos	Escola Superior de Educação - P.PORTO
Mónica Santos	Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano
Orquídea Coelho	CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade do Porto
Paulo Vaz de Carvalho	CEDJRP e Universidade Católica Portuguesa
Susana Branco	Agrupamento de Escolas D. Maria II
Vítor Tété	Escola Secundária Alexandre Herculano

Comissão Organizadora

Susana Barbosa | Presidente do Congresso

Escola Superior de Educação - P.PORTO

Licenciatura de Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa

Escola Superior de Educação - P.PORTO

Ana Dias

Alice Santos

Ana Jones

Ana Ferreira

Ângela Freitas

Catarina Pacheco

Catarina Silva

Cláudia Silva

Cristiana Ferreira

Daniela Ferreira

Diana Meirinhos

Emilie Costa

Gabriela Silva

Inês Barros

José Americano

Maria Beatriz Morais

Maria João Vinha

Marlene Almeida

Marli Lanção

Miguel Alves

Paula Ferreira

Susana Soares

Vanessa Seixas

Júri para atribuição de Prémio

Amílcar Morais | Federação Portuguesa das Associações de Surdos

Alexandra Perry | Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade

Ângelo Costa | Agrupamento de Escolas D. Maria II – Braga

2.º Congresso dos Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa

É uma honra e um agradável desafio para nós darmos vida ao **2.º Congresso dos Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa**, nos dias **6 e 7 de julho de 2018**, no Porto.

O sucesso verificado no 1.º Congresso confirmou a pertinência e a necessidade da continuação desta iniciativa, impondo-se, assim, a realização do 2.º Congresso. É com enorme satisfação que apresento este evento que ambiciona constituir-se como um espaço de confluência entre conhecimento científico e as experiências práticas que se produzem em torno da interpretação da língua gestual portuguesa. Assim, estamos empenhados em realizar um evento que, mobilizando a classe profissional a nível nacional, possa deixar frutos de natureza prática, numa perspetiva que se afirma pela busca da compreensão, valorização e estudo da área.

Susana Barbosa,
Presidente do Congresso

Programa

6 de Julho

08:45 Credenciação dos participantes e entrega da documentação

09:15 **SESSÃO DE ABERTURA**

Susana Barbosa | Presidente do Congresso — ESE P.PORTO

Prudência Coimbra | Presidente — ESE P.PORTO

João Rocha | Presidente — P.PORTO

09:30 **SESSÃO PLENÁRIA 1. O INTÉRPRETE NA ATUALIDADE**

Moderadora: Susana Branco | Intérprete de LGP no Agrupamento de Escolas D. Maria II

Aurora Gomes | Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte

Maria Cristina Gonçalves | Agrupamento de Escolas de Ílhavo

Liliana Silva | Intérprete de LGP na Escola Secundária Alexandre Herculano

11:00 **Pausa para café**

11:20 **COMUNICAÇÕES LIVRES**

Moderadora: Maria João Vinha | Comissão Organizadora – ESE P.PORTO

Ana Rodrigues | Intérprete de LGP: perceções sobre o seu trabalho numa Associação de Desenvolvimento Local

Cláudia Braga e José Soeiro | Intérprete de Língua Gestual Portuguesa: uma profissão precária?

Ana Oliveira e Fernanda Teixeira | A Praxe Académica para o Estudante Surdo: Recurso ao Intérprete de LGP

Marina Silva e Susana Barbosa | O Intérprete que não é Intérprete!

13:00 Pausa para almoço

14:00 **COMUNICAÇÕES LIVRES**

Moderadora: Ana Jones | Comissão Organizadora — ESE P.PORTO
Názia Bavo, Orquídea Coelho e Armindo Ngunga | Intérprete de Língua de Sinais de Moçambique: para quando nas Escolas Regulares?

Diana Oliveira e Pedro Freitas | O Génio do Género na Interpretação

Elsa Ascensão e Susana Barbosa | Surdez e Síndrome de Down em ambiente educativo – desafios e redes de suporte

Sónia Coelho e Susana Branco | Relações familiares: interações entre mãe, filho(a) e avó materna num contexto de surdez

16:00 Atuação surpresa

16:10 Pausa para café

16:30 **WORKSHOP 1 | INTERPRETAÇÃO NO CAMPO ARTÍSTICO: EXERCÍCIOS, TÉCNICAS E DINÂMICAS**

Rakel R.R. | Diretora, bailarina e atriz na Companhia Arymux

20:30 Jantar

7 de Julho

09:00 **WORKSHOP 2 | ÉTICA COMO UM PILAR DA PROFISSÃO**

Filipe Venade | Federação Portuguesa das Associações de Surdos

11:00 **Pausa para café**

11:30 **SESSÃO PLENÁRIA 2. CONSTRUIR-SE INTÉRPRETE**

Moderadora: Liliana Duarte | Intérprete de LGP no Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos

João Macedo | Consultor Jurídico da ATILGP – Associação de Tradutores e Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa

José Soeiro | Deputado da Assembleia da República pelo Bloco de Esquerda

Vera Macedo | Intérprete de LGP no Agrupamento de Escolas D. Maria II

13:00 **SESSÃO DE ENCERRAMENTO**

Cristiana Ferreira | Comissão Organizadora, ESE P.PORTO

Miguel Augusto Santos | Coordenador da Licenciatura de Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa, ESE P.PORTO

Rui Ferreira | Vice-presidente do P.PORTO

6 de Julho

Sessão Plenária 1

O Intérprete na Atualidade

Moderadora: Susana Branco | Mestre em Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa pela Escola Superior de Educação do Porto, exerce funções como intérprete de língua gestual portuguesa desde 2004. Atualmente, trabalha no Agrupamento de Escolas D. Maria II, em Braga. Nos anos letivos 2012/2013 e 2013/2014 lecionou como assistente convidada, duas UC na ESE P.PORTO. É, ainda, presidente do Conselho Fiscal da ATILGP.

Aurora Gomes | Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte

Licenciada em Gestão de Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho, Técnica Superior, a exercer funções no Centro de Emprego de Matosinhos, do Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto Público, desde 04/07/1991 e Dirigente Sindical, do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte, desde 22/02/2018.

Atualmente, o profissional Intérprete de LGP (língua Gestual Portuguesa) goza de enquadramento legal para o exercício da sua atividade profissional. Esta atividade profissional desenrola-se num contexto muito particular e específico, fazendo a ponte entre a comunidade de pessoas com surdez e a comunidade ouvinte, sendo assim o profissional de eleição capaz de apoiar as pessoas surdas no combate à exclusão social e de promover a sua inclusão nas comunidades e na sociedade onde se inserem.

Contudo, aquele enquadramento legal ficou muito aquém da especificidade requerida a estes profissionais, pois que, se por um lado, regula o exercício e prevê os apoios especializados a esta faixa da população, por outro, não regulamenta a carreira, nem tão pouco garante a efetividade dos apoios e recursos previstos para pessoas surdas e o acesso destes aqueles apoios.

Na atualidade, o Intérprete de LGP desenvolve a sua atividade em condições que em nada contribuem para a sua dignidade profissional, sob regimes precários de vínculos laborais que teimam em perdurar (muitos profissionais estão há quase duas décadas no setor educacional), sem qualquer possibilidade de valorização profissional, por força da precariedade, e sem segurança do seu vínculo, com repercussões negativas na vida pessoal e familiar de cada um destes profissionais.

Sendo incontestável, no contexto atual, a premência deste profissional, mais ainda é indubitável que para cumprimento das premissas assumidas, até à data e pelos diversos Governos, de promover a inclusão e efetivar uma participação

igualitária, nas mais diversas dimensões, da comunidade surda com a comunidade ouvinte, há que enobrecer a carreira e enaltecer o trabalho do Intérprete de LGP.

Em resumo, é da mais evidente e elementar justiça que seja proporcionada a especificidade da carreira aos Intérpretes de LGP, com uma justa regulamentação, que lhes possibilite condições de trabalho condignas, bem como a valorização profissional e a valorização do trabalho prestado, pois só assim estes profissionais poderão continuar a patrocinar as pessoas surdas no alinhamento do seu percurso individual, com o desenvolvimento económico e social esperado para o país.

Maria Cristina Gonçalves | Agrupamento de Escolas de Ílhavo

Licenciada em ensino de Português e Francês pela Universidade de Aveiro; Mestre em Supervisão – com a dissertação A formação do professor de línguas para a competência de comunicação intercultural: um estudo em situação de estágio (2002: Universidade de Aveiro). Professora do Quadro de Escola do Agrupamento de Escolas de Ílhavo, orientadora de estágio durante 12 anos e coordenadora da Escola Básica José Ferreira Pinto Basto de Ílhavo.

Intérprete de língua gestual portuguesa é, juridicamente, uma profissão recente, mas determinante no contexto educacional para o sucesso e verdadeira inclusão do aluno surdo. Numa perspetiva diacrónica, um longo e lento caminho foi já percorrido para o reconhecimento do seu papel nas escolas. A este nível, a criação de uma rede de EREBAS constituiu momento decisivo para a sua valorização. Não obstante, muito há ainda a percorrer para que lhe sejam dadas as condições que propiciem a criação de um ambiente favorável à plena assunção e desenvolvimento da sua atividade com o objetivo do sucesso académico do aluno surdo, mas igualmente de divulgação e de mediação de comunidades linguísticas e culturais tão diferentes. Encarado como parceiro de todos os outros atores educativos e não como um intruso, espírito de colaboração, entreajuda e proatividade são características fundamentais do seu perfil. O que se pretende com esta comunicação não é questionar o seu papel, perfil ou questões éticas que daí decorrem, mas tão somente dar testemunho da realidade que se vive no Agrupamento de Escolas de Ílhavo a este nível e do importante papel que os intérpretes de língua gestual têm desempenhado quer num contexto de sala de aula quer num contexto muito mais vasto e que envolve toda a comunidade educativa. Procurar-se-á ainda, realçar a necessidade de os considerar como uma necessidade permanente nas nossas escolas, criando-lhes condições de estabilidade que potenciem o seu trabalho, na senda de uma escola realmente inclusiva.

Liliana Silva | Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano

Licenciada em Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa pela ESE|PP. Pós-Graduada em Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa pela ESE|IPC. Co-autora do livro "Ser Intérprete de Língua Gestual Portuguesa". Exerce funções desde 2007 em Escolas de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos e mediadora de comunicação em vários contextos sociais. Atualmente exerce funções no Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, no Porto.

A profissão de intérprete de língua gestual portuguesa (LGP) é relativamente recente no panorama nacional e mundial, pelo que são ainda inúmeros os desafios de ordem laboral que surgem diariamente na vida deste profissional.

Na generalidade, a classe profissional debate-se pela necessidade da revisão da lei 89/99, que regulamenta esta profissão. Mais especificamente, como técnicos especializados ao serviço do Ministério da Educação, os intérpretes de LGP aguardam uma resposta à candidatura ao Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários da Administração Pública (PREVPAP).

Estes e outros desafios serão certamente ultrapassado com sucesso, conforme temos vindo a assistir ao longo do tempo à persistência dos intérpretes de LGP em se afirmar e mostrar a importância dos serviços de interpretação numa sociedade moderna e inclusiva.

Comunicações Livres

Moderadora: Maria João Vinha – Comissão Organizadora — ESE
P.PORTO

Intérprete de LGP: perceções sobre o seu trabalho numa Associação de Desenvolvimento Local.

Ana Cristina Pires Rodrigues | Intérprete de língua gestual portuguesa e mestre em Ciências da Educação, desenvolve a sua atividade como intérprete de língua gestual em diferentes domínios e em contextos escolares e de integração profissional e social, de modo especial na Adeima, Associação de Desenvolvimento Local. Publicou e apresentou comunicações no âmbito da área profissional, concretamente, no que diz respeito à avaliação de intérpretes e seus instrumentos e modelos de avaliação. A par destas atividades, destaca-se a participação em projetos com equipas multidisciplinares constituídas por surdos e ouvintes, nomeadamente no Projeto Internacional SpreadtheSign e no projeto da Metodologia lúdico-didática inclusiva EKUI.

Os Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa (ILGP) são profissionais que desenvolvem a sua atividade entre comunidades distintas - a surda e a ouvinte - no sentido de mediar a sua comunicação. Dominam duas línguas e duas culturas diferentes, contribuindo para a eliminação de diferentes barreiras em diversos ambientes (Rodrigues, 2015; Santos, 2015; Machado, 2017) e garantindo o direito das pessoas surdas em todos os contextos da vida em sociedade (Freire, 2017).

Decorrente da presença de um ILGP numa associação de desenvolvimento local, pretende-se com este estudo analisar as motivações que levaram à contratação deste profissional e as perceções que diferentes técnicos têm acerca do papel do ILGP na sociedade e, especificamente, no contexto concreto da instituição.

Do ponto de vista metodológico optamos por uma abordagem de natureza qualitativa, sendo que os dados foram recolhidos com recurso à técnica da entrevista semiestruturada e posteriormente analisados pela lente da análise de conteúdo. Participaram neste estudo sete profissionais da instituição em causa, com profissões e áreas de atuação distintas e com faixas etárias compreendidas entre os 31 e os 50.

Os participantes reconheceram a importância da presença deste profissional na comunidade enquanto facilitador da comunicação e elo cultural, destacando a relevância que assume numa organização que pretende promover a integração socioeconómica de grupos sociais menos favorecidos e permitir uma maior e melhor acessibilidade à população.

Em jeito de conclusão, os nossos resultados corroboram as conclusões de Nogueira (2016), indicando que as barreiras linguísticas se assumem como a principal motivação para a necessidade de intérprete, ainda que o papel deste profissional vá mais além e envolva questões sociais e culturais. Concluímos ainda, tal como Coelho (2010), que para a definição de uma sociedade inclusiva, o conceito de acessibilidade se assume como uma peça fundamental.

Intérprete de Língua Gestual Portuguesa: uma profissão precária?

Cláudia Braga | Licenciada em Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa pela Escola Superior de Educação do Porto e Pós-Graduada em Interpretação em Língua Gestual Portuguesa pela Escola Superior de Educação de Coimbra. Exerce funções de tradução e interpretação em diferentes contextos: cultural, político, judicial, entre outros. Paralelamente a isso, exerce funções de intérprete de língua gestual portuguesa, nas Escolas de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos, trabalhando no Agrupamento de Escolas Coimbra Centro. Ativista pelos direitos das pessoas surdas e pelo fim da precariedade laboral.

José Moura Soeiro | Doutor em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, com uma tese sobre transformações no trabalho e mobilizações de precários em Portugal. Está ligado ao Teatro do Oprimido. É deputado à Assembleia da República, tendo feito parte, entre outros, do Grupo de Trabalho que discutiu o Programa de Regularização dos Vínculos Precários do Estado. Entre outras obras, coordenou com Miguel Cardina e Nuno Serra o livro "Não Acredite em Tudo o que Pensa. Mitos do Senso Comum na Era da Austeridade" (Lisboa, Tinta-da-China, 2013) e publicou, com Adriano Campos, "A Falácia do Empreendedorismo" (Lisboa, Bertrand, 2016).

O objetivo da comunicação visa perceber a precariedade na profissão de Intérprete de Língua Gestual portuguesa em Portugal.

Nas últimas décadas, têm-se multiplicado, na Europa e em Portugal, as condições em que o trabalho não é uma plataforma de acesso a proteção social e a direitos. Uma parte crescente da força de trabalho vive essa experiência da precariedade, com um enquadramento laboral por via de modalidades como os contratos a termo, a falsa prestação de serviços, as bolsas utilizadas como necessidades permanentes,

ou medidas “ocupacionais” ou de “inserção” que acabam por constituir mecanismos de precariedade assistida pelo Estado.

A profissão de ILGP tem sido também marcada por essa precariedade do ponto de vista do seu enquadramento laboral. Por um lado, a dinâmica geral de precarização do trabalho. Mas também a própria história da profissão, a frequente ausência de reconhecimento institucional que lhe está associada e os instrumentos legais que enquadram o exercício profissional dos e das intérpretes de LGP.

Nesta comunicação, procuraremos fazer a análise dos diplomas legais e as conceções de profissão que lhes estão subjacentes. Apresentaremos uma interpretação do enquadramento laboral existente para os e as intérpretes de LGP. Ressaltaremos, também a dimensão vivencial da precariedade, isto é, o impacto que inserções laborais precárias têm nas outras esferas da vida. Daremos conta, a partir de testemunhos de intérpretes de LGP, de como a precariedade afeta o próprio exercício profissional. Finalmente, faremos um balanço do Programa de Regularização dos Vínculos Precários do Estado.

Perceberemos que a precariedade na profissão de intérprete de língua gestual portuguesa é uma realidade presente em Portugal.

Concluiremos que há necessidade de mudanças no enquadramento legislativo, de abertura por parte da sociedade relativamente à Comunidade Surda e a garantia do Direitos Humanos.

A Praxe Académica para o Estudante Surdo: Recurso ao Intérprete de LGP

Ana Oliveira | Licenciada em Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa no ano de 2014, pela Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto. Exerce funções de intérprete de língua gestual portuguesa na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, desde 2015. É membro dos órgãos sociais da ATILGP (Associação de Tradutores e Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa) e da ASASM (Associação de Surdos de Apoio a Surdos de Matosinhos). Mestranda em Ciências da Educação na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Fernanda Teixeira | Intérprete de língua gestual portuguesa no Agrupamento de Escolas D. Maria II. Pós-graduada em Interpretação em Língua Gestual Portuguesa. Licenciada e bacharel em Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa.

A entrada no Ensino Superior é para todos os estudantes um momento marcante no seu percurso académico e a necessidade de integração revela-se significativa.

Em Portugal é do conhecimento geral a existência de praxes académicas tanto nas universidades públicas e privadas como nos institutos politécnicos. Se, por um lado, quem defende a praxe aponta-a como passando pela “recepção, acolhimento e integração dos alunos recém-chegados” (Comissão de Educação e Ciências, 2008, p.3), outras vozes apontam-na como sendo controversa, passando por diversas situações de humilhação, “de gozo ao caloiro” (Observatório dos Direitos Humanos, 2010, p. 2), atingindo a agressão tanto verbal como física.

Devido à dinâmica de poder inerente ligada à interação entre uma população minoritária e de maioria, os intérpretes de língua gestual têm um controlo significativo do processo de interação e os seus resultados - sejam eles positivos ou negativos (Hall, Holcomb & Elliot, 2016).

Este estudo teve como objetivo recolher opiniões acerca da participação de estudantes surdos na praxe académica bem como a importância do intérprete de língua gestual portuguesa como facilitador no processo de inclusão na comunidade académica.

Foi desenvolvido um estudo qualitativo integrando uma amostra de 16 estudantes surdos a frequentar instituições de Ensino Superior portuguesas. Para a recolha de dados aplicou-se a entrevista e foi utilizada a análise de conteúdo como método de análise de dados.

Os resultados mostram que nem todos os estudantes surdos aceitam experimentar a praxe por esta não se adaptar à sua especificidade enquanto indivíduo que utiliza uma língua diferente, contudo, a maioria considera que esta tradição pode ser relevante para a sua integração no meio académico. Para os entrevistados a língua gestual portuguesa é a sua primeira língua, pelo que a presença de um intérprete é vista como promotora da sua inclusão contribuindo para o sucesso e a aceitação destes estudantes no meio académico.

O Intérprete que não é Intérprete!

Marina Silva | Licenciada em Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa. Mestre em Educação Especial: Multideficiência e Problemas de Cognição. Desempenha funções de intérprete de língua gestual portuguesa no Agrupamento de Escolas n.º 1 de Beja.

Susana Barbosa | Doutora em Desenvolvimento e Perturbações da Linguagem. Professora Adjunta na Escola Superior de Educação P.PORTO. Oradora, organizadora e responsável de diversos eventos relacionados com a surdez, a língua gestual portuguesa e a profissão de intérprete, áreas nas quais conta com diversos trabalhos publicados, a nível nacional e internacional. Coordenou o livro "SER Intérprete de LGP" (2015) e o livro "Por Amor" (2017). É presidente da Direção da ATILGP – Associação de Tradutores e Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, desde 2016.

O estudo sobre indivíduos ouvintes filhos de pais surdos tem ganho evidência e de facto, considera-se fundamental conhecer as experiências, positivas e negativas, desta população, bem como as dificuldades com que se debatem ao longo do seu desenvolvimento. A comunicação é fundamental para a interação do ser humano com outros seres humanos e também para o seu desenvolvimento integral e desde cedo, as crianças ouvintes filhas de pais surdos contactam com duas línguas diferentes, o que pode comprometer o seu desenvolvimento.

É evidente que os CODA convivem com duas realidades diferentes, este facto, tanto pode ter um impacto positivo ou negativo nesta população.

Por outro lado, os CODA são bilíngues e é importante perceber como desenvolvem dois sistemas linguísticos que são totalmente distintos. Apesar de ouvirem, os CODA têm como língua materna a língua gestual e depois desenvolvem a língua oral do país e da sociedade em que se encontram inseridos. Este facto confere-lhes, muitas vezes, o papel de intérpretes entre o mundo ouvinte e o mundo surdo.

O estudo que se apresenta utiliza uma metodologia qualitativa, sendo um estudo de caso que pretende aferir a perspetiva de 14 filhos ouvintes de pais surdos face a acontecimentos e experiências da sua vida a nível social, familiar e educativo.

No que concerne ao seu desenvolvimento familiar, é possível concluir que os participantes têm orgulho nos pais e nas suas origens, apesar das responsabilidades assumidas precocemente. A nível social, conclui-se também que integrar e conviver com a comunidade surda teve um impacto positivo na vida dos entrevistados, sendo identificadas diversas vantagens de ser CODA numa sociedade maioritariamente ouvinte. No respeitante à área educativa, a representação dos indivíduos permite realçar três opiniões opostas quanto à sua primeira língua: o português oral; a LGP e há ainda outros que afirmam que são as duas ou não sabem qual a língua que adquiriram primeiro.

Comunicações Livres

Moderadora: Ana Jones | Comissão Organizadora — ESE P.PORTO

Intérprete de Língua de Sinais de Moçambique: para quando nas Escolas Regulares?

Názia Bavo | Mestre em Didática de Línguas: Língua Portuguesa e Língua Estrangeira pela Universidade de Lisboa. Licenciada em Linguística e Docente na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane (FLCS-UEM), em Moçambique. É investigadora (Assistente) no Departamento de Línguas, nas áreas de Linguística Descritiva e de Ensino Bilingue (Português versus Línguas Moçambicanas), e conta com algumas comunicações apresentadas e trabalhos publicados, dentro do território moçambicano. Atualmente é estudante de doutoramento em Ciências da Educação, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Orquídea Coelho | Mestre e Doutora em Ciências da Educação, Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), Membro do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) desenvolve a sua atividade de investigadora, bem como parte da docência e orientação de trabalhos académicos, no âmbito da Surdez e da Educação de Surdos, áreas nas quais conta com diversos trabalhos publicados e comunicações apresentadas, em Portugal e no estrangeiro.

Armindo Ngunga | Doutoramento em Linguística pela Universidade da Califórnia em Berkeley. É Professor Catedrático em Linguística Africana no Departamento de Linguística e Literatura da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, da Universidade Eduardo Mondlane. É investigador no Centro de Estudos Africanos (CEA) e docente em várias disciplinas de Linguística Teórica e de Linguística Descritiva das Línguas Bantu aos níveis de Mestrado e Doutoramento.

A importância dos Intérpretes de Língua de Sinais de Moçambique (ILSM) é pouco debatida, embora a sua atuação seja fundamental para a inclusão das pessoas surdas.

A profissão de ILSM não é reconhecida em Moçambique e apenas um canal televisivo disponibiliza tradução em Língua de Sinais de Moçambique (LSM), em um programa. O reconhecimento progressivo dos direitos das pessoas surdas pelo Estado Moçambicano (Constituição da República, 1990; 2004), e a crescente participação destas na sociedade maioritária, levou a uma maior aceitação da LSM na sociedade e na educação dos surdos. Apesar disso, persistem obstáculos que ainda não foram ultrapassados.

Com esta comunicação pretende-se refletir sobre a relevância do papel do ILSM em contexto educacional, considerando que a sua participação é um recurso imprescindível para assegurar os direitos de acessibilidade dos alunos surdos, designadamente no que respeita à aquisição de conhecimentos e conteúdos, bem como às interações comunicacionais. (Lacerda, 2010 e 2013; Dorziat e Araújo, 2012); Junior e Zancanaro (2016).

Esta apresentação surge no âmbito de uma tese doutoral e corresponde ao recorte da pesquisa desenvolvida numa escola regular inclusiva de Maputo. Assenta na abordagem qualitativa de investigação (Amado, 2010 e 2013) e recorre à entrevista semiestruturada e à Análise de Conteúdo. As entrevistas foram realizadas a alunos surdos, professores e demais atores educativos.

O estudo permitiu-nos constatar a quase inexistência de interação professor/aluno surdo, bem como a ausência de intérprete (credenciado ou não), em contexto de sala de aula. Verificámos também que é urgente a atuação do ILSM junto dos alunos surdos, e que é necessário um efetivo reconhecimento e um comprometimento ético para com a LSM e o papel que o ILSM desempenha. Destacando o quão importante é a figura desse mediador linguístico para a inclusão dos alunos surdos, questionamos para quando será viável a presença dos ILSM nas escolas moçambicanas.

O Génio do Género na Interpretação

Diana Oliveira | Intérprete de Língua Gestual Portuguesa no Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, no Porto. Licenciada em Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa e Mestre em Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa. Co-autora da publicação *Da teoria à prática: a voz dos usuários da língua gestual portuguesa*.

Pedro Freitas | Intérprete de Língua Gestual Portuguesa no Agrupamento de Escolas D. Maria II, em Braga. Licenciado em Interpretação e Tradução em Língua Gestual Portuguesa e Graduado em Interpretação em Língua Gestual Portuguesa. Co-autor do livro *SER Intérprete de Língua Gestual Portuguesa* e do artigo *O intérprete de língua gestual portuguesa: conhecer a profissão*.

Atualmente, existem poucos estudos que explorem tópicos sobre o género e a interpretação, bem como a beleza, clareza e simplicidade dos gestos de uma mulher comparativamente ao de um homem, na área da língua gestual.

Relativamente ao processamento da linguagem entre homens e mulheres Merrit (2014) revelou que, ao aprender a linguagem, o cérebro das mulheres mostra uma maior atividade nas áreas usadas para codificação da linguagem. O cérebro dos homens, por outro lado, mostra atividade nas áreas associadas às funções visuais e auditivas.

É apontado por Marianacci (2015) que na universidade, os cursos de línguas e tradução estão maioritariamente preenchidos por mulheres. Os homens são poucos e usam técnicas de interpretação que as mulheres não usam e vice-versa. É importante entender porque isto acontece. A autora refere que estas diferenças assentam nas chamadas 'diferenças intrínsecas' entre homens e mulheres.

É neste quadro que surge o presente estudo que tem como objetivo investigar se o género influencia a atuação do intérprete de língua gestual portuguesa (LGP) e em que medida isso acontece.

Foi desenvolvido um estudo de caso com 154 intérpretes de LGP, sendo 147 mulheres e 7 homens que concluíram a sua licenciatura de Tradução e Interpretação em LGP entre o ano letivo 2009/2010 a 2016/2017. Para este estudo foram analisados cinco parâmetros: expressão facial e corporal, clareza e precisão dos gestos, estrutura gramatical e construção frásica, compreensão em tempo útil do discurso e capacidade de análise e síntese.

Os resultados mostram que a interpretação tende a ser mais elegante, a ter gestos mais harmoniosos quando o intérprete de língua gestual é uma mulher, pois a precisão dos gestos desta é superior, enquanto os homens têm mais tendência a interpretar de forma mais mecanizada. As mulheres apresentam uma maior compreensão em tempo útil do discurso e capacidade de análise e síntese. No entanto, podemos referir que existe entre o sexo masculino um padrão mais uniforme.

Surdez e Síndrome de *Down* em ambiente educativo – desafios e redes de suporte.

Elsa Ascensão | Intérprete de língua gestual portuguesa na Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. Licenciada em Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa. Mestranda em Educação Especial: Multideficiência e Problemas de Cognição. Sócia da Associação de Tradutores e Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa.

Susana Barbosa | Doutora em Desenvolvimento e Perturbações da Linguagem. Professora Adjunta na Escola Superior de Educação P.PORTO. Oradora, organizadora e responsável de diversos eventos relacionados com a surdez, a língua gestual portuguesa e a profissão de intérprete, áreas nas quais conta com diversos trabalhos publicados, a nível nacional e internacional. Coordenou o livro "SER Intérprete de LGP" (2015) e o livro "Por Amor" (2017). É presidente da Direção da ATILGP – Associação de Tradutores e Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, desde 2016.

Segundo Shipley e McAfee (2009), a Síndrome de Down resulta de uma cópia extra no cromossoma 21, ocorrendo assim uma triplicação do mesmo, ao invés da normal duplicação. As características ligadas a esta síndrome são várias, sendo que as suas feições são a mais conhecida. O facto de apresentarem uma estrutura facial mais pequena leva a que, por exemplo, as suas orelhas e estruturas auditivas sejam também mais pequenas, existindo assim uma maior possibilidade de ocorrerem problemas auditivos, o que está diretamente relacionado à percentagem elevada de casos de surdez nesta patologia (Roizen, 1996).

A surdez, também denominada de hipoacusia, consiste na perda de perceção de sons, sendo que esta perda pode apresentar diversos graus (da leve até à profunda). (MEC, 2006).

Sendo que, ao nível desta problemática, pouca é a literatura desenvolvida, surge então o presente estudo que tem como objetivo estudar esta realidade em ambiente educativo.

O estudo consiste na observação de uma aluna surda que apresenta Síndrome de Down, a frequentar uma Escola de Referência para a Educação Bilingue de alunos Surdos do Norte de Portugal, em que o objetivo primordial é explorar os seus padrões de participação/interação no seu contexto escolar e ainda identificar as estratégias de suporte à sua participação.

Para a recolha dos dados, são utilizadas grelhas de observação e entrevistas efetuadas aos profissionais que acompanham o dia a dia da aluna na escola em que a mesma está incluída.

Após análise dos dados recolhidos, foi possível constatar que, no ambiente educativo da criança, as adaptações necessárias e adequadas estão a ser implementadas por todos os profissionais que trabalham diretamente com a aluna e que todos eles têm como objetivo que a criança se torne o mais autónoma possível. Sendo o trabalho do intérprete de língua gestual portuguesa considerado como um apoio extra à interação na sala de aula e não o papel habitual deste profissional.

Relações familiares: interações entre mãe, filho(a) e avó materna num contexto de surdez.

Sónia Coelho | Mestre em Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa, pela Escola Superior de Educação do Porto. Exerce funções de intérprete de língua gestual portuguesa desde o ano letivo 2007/2008 e, atualmente, trabalha no Agrupamento de Escolas D. Maria II, Braga. Foi assistente convidada na ESE P.PORTO lecionando a Unidade Curricular de Tradução e Interpretação em LGP. Sócia da ATILGP – Associação de Tradutores e Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa.

Susana Branco | Mestre em Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa pela Escola Superior de Educação do Porto, exerce funções como intérprete de língua gestual portuguesa desde 2004. Atualmente, trabalha no Agrupamento de Escolas D. Maria II, em Braga. Nos anos letivos 2012/2013 e 2013/2014 lecionou como assistente convidada duas UC na ESE do P.PORTO. É, ainda, presidente do Conselho Fiscal da ATILGP.

A família assume um papel preponderante na vida do ser humano. O nascimento de um filho obriga a uma reestruturação da vida familiar despertando na mulher receio em não estar à altura do papel de mãe. Assim, a ajuda das avós maternas revela-se importantíssima nos cuidados e na educação dos netos tornando-se seus ‘coeducadores’ (Dias, Hora e Aguiar, 2010).

No contexto da surdez, a maternidade é vista de diferentes perspetivas pelas mulheres surdas e a aceitação da incapacidade por parte da sua família revela-se crucial na sua performance futura enquanto mãe (Viejo, 2008). Recuamos, assim, até à forma como a avó experienciou e reagiu quando do diagnóstico da sua filha surda (Kelman, Silva, Amorim, Monteiro & Azevedo, 2011) - colocando-se, então, a hipótese de afetar a sua perceção acerca da sua filha adulta.

O presente artigo tem como objetivo identificar o papel da avó materna na educação do neto, bem como perceber se o papel de mãe surda se encontra bem definido nesta


tríade familiar. Quisemos ainda conhecer a relação existente entre mãe surda e avó e se esta assenta nos princípios de entreatura e de cooperação ou se a autonomia da mãe surda se encontra ameaçada.

Assim, o estudo de abordagem qualitativa contou com a participação de seis mães surdas e a recolha de dados foi feita através de entrevistas.

Os resultados obtidos revelam que as avós maternas funcionam como 'coeducadoras' na educação dos netos, porém o papel de figura principal é assegurado pela mãe surda. É evidente ainda uma mudança de atitude, por parte das avós maternas, demonstrando mais interesse em utilizar a língua gestual com os netos, realidade esta que não ocorreu com as filhas.

Este estudo poderá contribuir para que o intérprete possa compreender as idiossincrasias das pessoas surdas com quem lida diariamente, facilitando a sua interação. A perceção das relações familiares poderá funcionar como um facilitador na relação entre intérpretes e familiares, sendo um impulsionador de comunicação e empatia.

Workshop 1

 Interpretação: Exercícios, Técnicas e Dinâmicas

Rakel Rodríguez Ruiz | Diretora, bailarina e atriz na Companhia Arymux

Licenciada en Pedagogía, intérprete de lengua de signos, guía intérprete para personas sordociegas, docente y directora de la Compañía Arymux. Bailarina y actriz, dirige y realiza sus propios espectáculos accesibles fusionando teatro, música, poesía y danza. Recibió el premio a la creación cultural 2016 concedido por la Fundación Ramón Rubial en reconocimiento a su trabajo de innovación y accesibilidad en Arymux. Pionera en la investigación e impartición de cursos de interpretación de lengua de signos en el ámbito artístico a nivel europeo. Es la creadora de la disciplina artística Signodanza.

La interpretación de lengua de signos en el ámbito artístico es un ámbito que cada vez tiene más profesionales y estudiantes interesados, ya que supone, además, una nueva salida profesional. Los tipos de servicios que nos podemos encontrar son:

- Espectáculos infantiles como cuentacuentos, payasos, teatro infantil...
- Recitales de poesía, lecturas dramatizadas.
- Espectáculos musicales como conciertos, coros, canción de autor...
- Teatro, en toda su diversidad, musical, físico, clásico...
- Espectáculos cómicos, magia, mimo, festivales...
- Presentaciones de galas, programas de televisión o radio.
- Museos y espacios dedicados a la cultura en general.

El ámbito artístico de la interpretación de la lengua de signos, es un ámbito muy interesante, pero a la vez, uno de los más complejos dentro de la interpretación de lengua de signos. Los principales factores que deberíamos tener en cuenta para realizar un buen trabajo son: estrategias y recursos del/a intérprete, formación continua y experiencia y el dominio del área en la que estamos interpretando. Hay además otros factores muy importantes a tener en cuenta como son el lugar donde se realizará el servicio, la duración y las personas implicadas en el mismo, que desarrollaré a continuación. No cualquier intérprete está preparado para desarrollar este tipo de servicios, ya que para ello es necesario contar con una alta especialización y

experiencia. Sólo así se conseguir el objetivo de transmitir a las personas sordas, con una gran calidad, el mensaje.

Como en cualquier otro servicio, una vez que conozcamos el tipo de espectáculo en el que vamos a participar, debemos informarnos de dónde se va a realizar el servicio, su duración, conocer la duración contar con todo el material disponible que podamos conseguir.

En este taller explicaremos la metodología de trabajo en este ámbito y practicaremos con la expresión facial y corporal y los aspectos técnicos que nos permitan desarrollar mejor nuestro trabajo de intérpretes.

7 de Julho

Workshop 2

Ética como um Pilar da Profissão

Filipe Venade | Federação Portuguesa das Associações de Surdos

Jurista. Doutor em Direito. Membro ativo da Comunidade Surda. Desempenho presentemente o cargo do Diretor do Centro de Direitos Humanos das Pessoas Surdas da Federação Portuguesa das Associações de Surdos e, além disso, o cargo do Vice-Presidente do Mecanismo Nacional da Monitorização da Implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com deficiência.

Propomo-nos a debater/esclarecer sobre os aspetos relacionados com as práticas profissionais, sobre o que é corretamente ético ou não do ponto de vista jurídico/deontológico e, simultaneamente, sociolinguístico da Comunidade Surda e como isto proporciona razoavelmente as limitações da ética profissional dos Intérpretes e a forma como se apresentam profissionalmente nos diversos domínios.

A ética profissional dos Intérpretes de LGP tem merecido uma atenção crescente nos últimos anos para a FPAS que, enquanto entidade representativa da Comunidade Surda, articula diariamente com diversas entidades públicas/privadas, prestando serviços de interpretação fundamentais para a acessibilidade das Pessoas Surdas. Em pleno século XXI, observa-se que a profissionalização/especialização/qualificação dos Intérpretes tem uma importância cada vez maior, do ponto de vista qualitativo e quantitativo. Para além de contribuir para a qualidade da tradução e interpretação, aumentam também os riscos e as dificuldades relacionadas com a fronteira cada mais vez diluída entre a ética profissional *stricto sensu* e as particularidades da Comunidade Surda. Isto porque os Intérpretes de LGP participam informalmente na Comunidade Surda (ligação pessoal/familiar/social) e, simultaneamente, trabalham nos contextos formais como Intérpretes profissionais. Esta ética do exercício dos Intérpretes de LGP está regulada na Lei n.º 89/99 que estabelece, em nosso entender, a basicidade ética norteadora da prestação devidamente deontológica do modo correto: os princípios nucleares de

confidencialidade; interpretabilidade; compreensibilidade e adaptabilidade; neutralidade e imparcialidade.

Assim, a ética profissional é imperativa no fortalecimento do pilar da profissionalidade e na qualificação destes Profissionais, devendo existir esta confiança socioprofissional entre os Intérpretes e os membros da Comunidade Surda. A ética profissional pode ser vista como um seguro da dignidade e da integridade contra o abuso arbitrário do exercício das funções estritamente profissionais, devendo ser aplicada todos os dias no sentido de contribuir deontologicamente para a dignidade profissional dos Intérpretes e de respeitar as particularidades da Pessoa Surda.

Sessão Plenária 2

Construir-se Intérprete

Moderadora: Liliana Duarte | Intérprete de LGP no Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos. Licenciada em Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa pela ESE de Setúbal. Concluiu o mestrado em LGP e Educação de Surdos no Instituto Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa no ano de 2009. É doutoranda em Ciências da Educação através da parceria entre a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e o ISPA. Atualmente, desempenha funções de intérprete no Agrupamento Escolas Quinta de Marrocos e em âmbito televisivo.

João Macedo | Consultor Jurídico da ATILGP – Associação de Tradutores e Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa

Advogado, licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Porto e com um *executive master* em Gestão para Juristas pela Católica Porto Business School. Exerce advocacia em escritório próprio e presta assessoria jurídica a diversas empresas e associações, designadamente à Associação de Tradutores e Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa.

A afirmação da LGP na legislação portuguesa teve o seu ponto marcante na revisão constitucional de 1997: a Constituição da República Portuguesa passou a consagrar expressamente a LGP enquanto língua oficial (na sua atual alínea h) do n.º 2 do artigo 74.º) e numa altura em que não era generalizado o reconhecimento constitucional das línguas gestuais ao nível mundial.

A Lei n.º 89/99 de 5 de julho define as condições de acesso e exercício da atividade de Intérprete de LGP mas é uma lei demasiadamente concisa, incompleta e desajustada da realidade atual.

Em apenas 8 artigos, a Lei define o Intérprete de LGP, estabelece as condições de acesso à profissão e formação exigida e enumera alguns deveres e responsabilidades.

Quase 20 anos volvidos, e depois de um crescimento enorme da profissão, é urgente densificar o regime legal e acompanhar a relevância e da LGP nos dias de hoje.

A lei remete para regulamentação sobre o processo de acesso à profissão e prevê um período e transição para todos os profissionais que, à data, já exerciam funções de tradutor-intérprete de LGP sem preencher os requisitos que a lei passou a impor, mediante parecer e certificação do Governo que nunca chegou a ser aprovada, criando situações de desigualdade dentro dos profissionais.

As funções que hoje estão adstritas aos TI-LGP são muito mais variadas, complexas e especializadas, os deveres do TI-LGP ganham novos contornos e relevância e o número de profissionais é de tal modo superior ao existente em 1999 que é urgente rever/aprovar nova regulamentação.

Continuam por regular diversas questões como a especialização dos profissionais, questões de segurança e saúde no trabalho, código de ética e responsabilidade, etc. Neste contexto, assumem particular relevância as organizações que se dedicam à promoção e defesa da comunidade surda e TI-LGP que vão sedimentando e pensando a profissão e que têm pela frente o desafio de intensificarem a sua atuação, pensando em formas de assumir um papel de maior relevo na sociedade – constituindo-se em associações (profissionais), sindicatos, etc.

José Moura Soeiro | Doutor em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, com uma tese sobre transformações no trabalho e mobilizações de precários em Portugal. Está ligado ao Teatro do Oprimido. É deputado à Assembleia da República, tendo feito parte, entre outros, do Grupo de Trabalho que discutiu o Programa de Regularização dos Vínculos Precários do Estado. Entre outras obras, coordenou com Miguel Cardina e Nuno Serra o livro "Não acredite em tudo o que pensa. Mitos do Senso Comum na Era da Austeridade" (Lisboa, Tinta-da-China, 2013) e publicou, com Adriano Campos, "A Falácia do Empreendedorismo" (Lisboa, Bertrand, 2016).

A profissão de intérprete: que oportunidades, que regulação?

O debate sobre a profissão de intérpretes de Língua Gestual Portuguesa cruza várias dimensões. Nesta comunicação, focamo-nos em três.

A primeira tem a ver com os contextos profissionais e com a relação entre políticas de inclusão, serviços públicos e a multiplicação de espaços para os quais os e as intérpretes sejam solicitados. Atualmente, a maioria dos e das intérpretes trabalharão, provavelmente, em instituições educativas. Além disso, o serviço público de televisão tem também intérpretes de LGP. Mas a necessidade de intérpretes faz-se sentir em todos os serviços públicos: na saúde, na cultura, na segurança social, na Justiça ou nas finanças, por exemplo. Uma das possibilidades profissionais para os intérpretes passa justamente pela sua presença nesses vários contextos. Como, então, organizá-la? Por outro lado, políticas de inclusão podem passar pela existência de bolsas públicas de intérpretes capazes de serem solicitados ocasionalmente por cidadãos surdos ou por iniciativas de interesse público. Seria possível trabalhar essa ideia?

A segunda dimensão prende-se com o tipo de enquadramento laboral dos intérpretes. A partir da análise das condições de laboralidade previstas na lei pode-se verificar que, salvo raras exceções, os e as intérpretes as preenchem: trabalham em local definido pela instituição que os contrata, em horários definidos por aquela, com algum tipo de subordinação hierárquica. Assim sendo, mesmo nos casos em que os intérpretes trabalham para múltiplas instituições e por períodos mais ou menos curtos, por que razão se continua a naturalizar o “recibo verde” como o modo adequado de enquadrar o seu trabalho? Se nas situações em que o/a intérprete está a desempenhar funções

permanentes e a tempo inteiro o contrato de trabalho aparece como sendo evidente, há que lembrar que mesmo para funções esporádicas e trabalhos ocasionais (até de um dia, por exemplo), é possível celebrar contratos a termo, com a respetiva proteção social.

A terceira dimensão tem a ver com as formas de organização socioprofissional. Existem diversos formatos possíveis para a representação coletiva dos interesses de um determinado grupo: associações, sindicatos, ordens... No caso, procurou-se problematizar a natureza, o âmbito, as potencialidades e limitações de cada uma destas organizações, suscitando o debate sobre a necessidade de se pensar a auto-organização democrática dos intérpretes, sem cair em armadilhas que acabem por condicionar o acesso à profissão ou por criar mecanismos de exclusão.

Vera Macedo | Intérprete de LGP no Agrupamento de Escolas D. Maria II

Natural do Porto, tem mestrado em Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa pela Escola Superior de Educação do Porto. Exerce funções como intérprete desde 2004 estando neste momento a trabalhar no Agrupamento de Escolas D. Maria II em Braga. Pertence aos órgãos sociais da Associação de Tradutores e Intérpretes de LGP e pertence também à Comissão Provisória da Associação de Surdos de Braga.

Segundo algumas plataformas profissionais americanas, o Intérprete de Língua Gestual Portuguesa atua essencialmente em três grandes vertentes: A área da Educação, a área da Comunidade e a área do Atendimento em videochamada.

Educação – Os intérpretes trabalham, com a equipa educativa, em escolas nos diferentes graus de ensinos, traduzindo todas as disciplinas de LGP e para LGP. Normalmente é estabelecido um contrato de trabalho que define o horário e a remuneração. Em algumas, situações este trabalho permite acompanhar os alunos à medida que crescem e aprendem.

Este é um tema que se discute com alguma frequência já que, a maioria dos intérpretes de LGP se encontram a trabalhar em escolas. Esta área é, para já, a que garante alguma continuidade e estabilidade (anual) ao profissional da tradução. É uma vertente que já cresceu bastante, quer a nível de legislação quer a nível de recursos. Claro que apesar de ter evoluído ao longo dos tempos há haverá espaço para melhorias. “No matter how good you get you can always get better, and that's the exciting part.” (Tiger Woods). As escolas contratam os intérpretes de língua gestual e disponibilizam este recurso aos alunos surdos. Este recurso é ainda escasso no ensino superior pelo que o trabalho deve continuar e ponderar e discutir estas questões.

Comunidade - Os intérpretes trabalham em bancos, hospitais, tribunais, universidades, segurança social, instituto de emprego, espetáculos, ... Por norma, é um trabalho a recibos verdes. Como não há compromisso de continuidade é instável e imprevisível a nível de horário e a nível de vencimento.

Esta área, extra escola, é uma área que precisa de ser mais estudada. É necessário definir quem tem o dever de contratar o intérprete, em que moldes isto seria feito e,

como é que a pessoa surda, teria acesso a este recurso. Há uma carência de legislação que apoie o funcionamento e aumento de recursos. Há países que já têm soluções para este problema como a Finlândia, a Suécia, a Bélgica... ao percebermos o seu método de resposta e partilhando as boas práticas e o *know-how* poderíamos ter uma base de iniciação de discussão deste tema.

Os textos apresentados são da autoria e responsabilidade do (s) autor (es).

Texto Prémio

Ana Rita Ferreira | Estudante do 1.º Ano da Licenciatura de Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa da ESE P.PORTO

Felizmente para o intérprete, os seus serviços e a sua colaboração são cada vez mais importantes e mais valorizados.

O setor público é onde se destaca a maior necessidade de intérprete. Neste vídeo vou falar do setor policial, pois os surdos também requisitam a polícia tal e qual como os ouvintes.

Há pouco tempo conheceu-se o caso de um casal surdo onde o homem dessa relação matou a esposa e foi entregar-se à polícia. Acontece que no posto da polícia não havia ninguém com conhecimentos de Língua Gestual Portuguesa o que dificultou a comunicação entre o surdo e o ouvinte.

Mas agora pensemos numa outra hipótese: um indivíduo surdo é roubado e ali perto existe um posto da polícia para onde ele se dirige imediatamente. Contudo, não havia ninguém que soubesse comunicar em Língua Gestual Portuguesa para o ajudar de forma a rentabilizar o tempo para os polícias apanharem o assaltante.

Para isso devia existir uma linha 24h disponível com intérpretes disponíveis assim como existe também para os advogados. Considerando que todos os setores tivessem acesso a essa linha e, imediatamente, fizessem a ligação como, por exemplo, em uma situação como esta.

Evidentemente, que não é um trabalho fácil para o intérprete, mas é importante que o surdo tenha acesso à comunicação no imediato.

Organização



Apoio

